

(RE) PRODUÇÃO ESPACIAL E ÁREA CENTRAL DE TERESINA (PI): PROPOSIÇÕES DA AGENDA 2015

Silvana de Sousa Silva

Mestre em Geografia- Universidade Federal do Piauí
syllsousa@hotmail.com

Antônio Cardoso Façanha

Doutor em Geografia-Universidade Federal do Piauí
facanha@ufpi.edu.br

Recebido em: 06/10/2015; Aceito para publicação em: 23/02/2016

RESUMO

O entendimento da (re)produção espacial sob a ótica das abordagens geográficas, possibilita o reconhecimento de funções que estão cotidianamente concorrendo para a existência de ações, cujas características conduzem a observações das diferenciações que integram o urbano. Partindo das considerações, objetivou-se, analisar as características das proposições que integraram o plano diretor de Teresina-Agenda 2015 e as implicações das intervenções para a reprodução espacial da área central da cidade. Para tanto, os procedimentos metodológicos foram compostos pela revisão de referencial teórico, observação, entrevista seguindo roteiro estruturado, com representante da Prefeitura Municipal, registro fotográfico e elaboração de mapas. A análise da Agenda 2015 demonstrou um conjunto de contradições na concretização dos objetivos. Conclui-se, portanto que foi verificada a efetivação de parcela das metas iniciais, enquanto algumas não foram contempladas, concorrendo para contextos que implicam na necessidade de reavaliação na condução das intervenções.

Palavras chaves: Espaço; Urbano; Plano Diretor.

(RE) SPACE PRODUCTION AND CENTRAL AREA TERESINA (PI): PROPOSALS OF AGENDA 2015

ABSTRACT

Understanding the spatial (re)production from the perspective of geographical approaches, allows the recognition of functions that are daily contributing to the existence of stocks whose characteristics lead to observations of differences that make up the city. From the foregoing, it is aimed to analyze the characteristics of propositions that have integrated master plan Teresina-Agenda 2015 and the implications of interventions for the spatial reproduction of the downtown area. To this end, the methodological procedures were composed by theoretical review, observation, interview following structured script, with representative of the City, photographic registration and preparation of maps. The analysis of Agenda 2015 has shown a number of contradictions in achieving the objectives. It follows therefore that the product was effective portion of the initial goals, while some were not included in competition for contexts that imply the need to evaluate the conduct of operations.

Key words: Space; City; Master Plan.

INTRODUÇÃO

A análise da dinamicidade que caracteriza o espaço urbano permite a identificação dos aspectos elementares, para a averiguação do significado dos processos que constituem subsídios para as pesquisas, formando recursos para depreender as múltiplas influências possíveis, quando são realizadas as intervenções urbanas. Nesse contexto, frequentemente estão envolvidos objetivos, cujas contradições nas discussões resultam na predominância de das características de determinados agentes na produção do espaço.

O entendimento da (re)produção espacial sob a ótica das abordagens geográficas, possibilita a formação de observações que englobam o reconhecimento da coexistência de papéis que refletem as práticas cotidianas de agentes como os proprietários fundiários, proprietários dos meios de produção, promotores imobiliários, dos agentes sociais excluídos entre outros.

Logo, as apreciações para o desenvolvimento de pesquisas das dinâmicas que integram os contextos descritos anteriormente, devem considerar a atuação dos agentes na produção espacial. Por seu turno, esses processos são pensados a partir da discussão de instrumentos como o planejamento, relacionados à gestão que envolve argumentos cujos objetivos buscam, a promoção de ações que resultam no reconhecimento do papel da coletividade, mas também das particularidades existentes em cada recorte.

Nesse contexto, sobressaem-se as indicações do Plano Diretor como constituinte da composição dos instrumentos para concretização das normatizações do Estatuto das Cidades. Dessa forma, os debates que envolvem a elaboração do Plano Diretor em Teresina (PI), convergiram para a aprovação, no ano de 2006, do documento Agenda 2015. No entanto, constata-se a necessidade da efetivação de abordagens críticas dos processos de condução das atividades para a elaboração de proposições e suas respectivas execuções. Nesse sentido, sobressai-se como relevante a caracterização das indicações para intervenções na área central da cidade, como recurso para a identificação de limites e possibilidades.

Diante das discussões, objetivou-se com a pesquisa, analisar as proposições pensadas no plano diretor de Teresina (denominado Agenda 2015) e as implicações das intervenções para a (re) produção espacial da área central da cidade. Para tanto, os procedimentos metodológicos foram compostos pela revisão de referencial teórico fundamentado em autores como Corrêa (1999, 2005), Melo (2002), Souza (2006), Tourinho (2006), Vasconcelos (2013), Villaça (2001), além de observação nos recortes espaciais delimitados na Agenda 2015, como foco das ações, seguindo roteiro estruturado para identificação das intervenções efetivadas.

Complementando o levantamento de dados, foi realizada uma entrevista seguindo roteiro estruturado, no mês de setembro de 2013, com representante da Secretaria Municipal de Planejamento de Teresina (SEMPLAN)¹, objetivando o reconhecimento de informações sobre o processo de debates e concretização dos projetos pensados. Somaram-se ainda os registros fotográficos, com ênfase para as intervenções efetivadas e elaboração de mapas para representação das espacializações de Teresina e da área central da cidade.

As discussões organizadas em seções versam sobre os resultados dos levantamentos ensejados, subsidiando a constituição de entendimentos do papel exercido pelas intervenções elaboradas no documento delimitado como plano diretor de Teresina, para a área central da cidade.

INTERVENÇÕES ESPACIAIS URBANAS: ÁREA CENTRAL E PLANO DIRETOR

O estudo da (re)produção no espaço urbano, permite a constatação da coexistência de processos, podendo-se destacar conforme Corrêa (1999) a centralização, a descentralização, a coesão e a inércia espacial. Porém, ressalta-se que elas não são fixas e frequentemente encontram modificações, como a formação de descentralizações de funções, que refletem as implicações da dinâmica das relações socioespaciais.

¹ Conforme formulário de solicitação de entrevista, o nome do(a) entrevistado(a) não seria divulgado, adotando-se no texto, a denominação: Teresina (2013).

Os debates conceituais sobre centro, centralidade e área central são auxiliados por Villaça (2001, p. 240) ao alertar que “[...] esse centro social nada tem que ver com o centro geométrico, com o centro de gravidade ou qualquer outro. [...]”. Ou seja, na busca pelo entendimento da formação do centro e da centralidade é necessário identificar as formas, mas também as relações sociais que se desenvolvem no recorte espacial, como aporte para a compreensão das inter-relações com as demais conjunturas do urbano.

Nesse momento, o aprimoramento das assimilações é mediado pelos levantamentos das dinâmicas de formação dos espaços. Assim, Villaça (2001, p. 238) defende que para compreensão da centralidade é necessário destacar que “[...] nenhuma área é ou *não* é centro; como fruto de um processo - movimento - *torna-se* centro. [...]”.

Depreende-se, portanto que o resgate das iniciativas que concorreram para a origem de uma área central, exerce papel de subsídio para as observações que possibilitam a identificação dos processos como a concentração de atividades comerciais, ou o núcleo de constituição inicial de uma cidade, como ferramenta para a compreensão das dinâmicas atuais. O papel exercido pela área central é apontado por Corrêa (1999, p.38) ao ressaltar que esta constitui foco “principal não apenas da cidade, mas também de sua hinterlândia, ou a “área subordinada economicamente a um centro urbano”. Nela concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e intra-urbanos. [...]”.

Nesse sentido, ao trabalhar com a origem da área central Corrêa (2005, p. 124) ressalta a acessibilidade como característica que compõe a organização desse recorte no espaço urbano, implicando na “[...] elevação dos valores da terra urbana que aí se encontram, o que levou a uma competição pelo uso da terra. Nessa competição saíram vitoriosas aquelas atividades que podiam transformar acessibilidade em lucro, suportando pagar o alto valor da terra[...]”. Diante da afirmação, ganha relevo as demandas impostas pela reprodução do capital no urbano que convergem para a configuração de acessos diferenciados, conforme a capacidade de consumo dos espaços.

As observações relativas a origem da área central, oferecem embasamento para a construção da natureza e significado dos processos correlacionados, formando um grupo de orientações que atua em associação com a dinâmica desse espaço. Nesse direcionamento, descrevendo apontamentos sobre o Centro e centralidade, Tourinho (2006) destaca que ele é um espaço qualificado, especialmente se considerado os aspectos simbólicos e formais que atuam possibilitando a continuidade temporal e permanências nos usos coletivos, permitindo a construção de imagens que o identifica com a cidade.

Essas dimensões constitutivas oportunizam o reconhecimento dos múltiplos papéis desempenhados pela área central. Nesse cenário a diversidade de possibilidades que podem ser trabalhadas, possibilita a construção de entendimento da produção efetivada ao longo do tempo. Complementando a afirmação, Silva (2005), observa que a análise do Centro permite a identificação de dinâmicas espaço-temporais diferenciadas.

A coexistência de perfis diversificados é reforçada por Tourinho (2006, p. 280), ao ressaltar que o Centro como metonímia da cidade contém “[...] as identidades das lutas, fracassadas ou vitoriosas, assim como dos esforços, legítimos ou ilegítimos, realizados por vários “modelos de sociedade” que já viveram, ou ainda vivem, na cidade atual [...]” (grifo do autor). Logo, verifica-se que as características constatadas na área central, permanecem ao longo de diferentes períodos, estando associadas à produção de atividades dos agentes, que deliberam sobre esse recorte. Entre eles podem ser citados, conforme Vasconcelos (2012) os agentes privados e públicos; individuais e coletivos, legais e ilegais, religiosos, atuais ou pretéritos, sociais, culturais econômicos e políticos.

Apoiando-se nessas observações, verifica-se que a área central possui atributos que propiciam a diferenciação dos demais espaços da cidade, envolvendo as formas e relações agregadas. No entanto, a convivência de diferenças não representa a existência de harmonia, na medida em que podem ser encontradas contradições, cuja coexistência pode revelar conflitos, especialmente quando se considera as questões que envolvem os usos dos equipamentos instalados.

Na abordagem do centro e da centralidade urbana Spósito (2013) retoma o debate sobre a estruturação do espaço urbano, ressaltado a redefinição das funções exercidas pelo centro das cidades, especialmente quando considerado que na maior parcela dos exemplos em um primeiro momento ele era o único responsável pelos papéis de centralidade. Nesse debate, a autora resalta a importância da centralidade, entendida como a expressão de central exercida por uma área, por conseguinte não corresponderia algo concreto.

As modificações resultantes da dinamicidade nas cidades, permitem o reconhecimento de alterações no significado da área central. Dessa forma, ao analisar a configuração das características que integram a constituição dos subcentros decorrentes da descentralização de atividade, Dantas (2009), enfatiza o papel do automóvel e a transferência de residências, como elementos que ampliam a redução do peso do Centro enquanto concentrador de funções.

Somam-se ainda a inserção de novos usuários compreendidos especialmente pelos integrantes de baixa renda, conjugados à existência de transporte coletivo, como facilitador de deslocamento e as praças funcionando como terminais de ônibus. O Centro passa a vivenciar uma redefinição quando considerada a estrutura urbana, porém esse processo não é acompanhado pelo abandono da totalidade das atividades (DANTAS, 1997).

Diante das características da área central, observa-se a atuação de atividades que denotam usos conflitivos, pois envolvem os interesses diversos, encontrados nesse recorte que frequentemente guarda equipamentos fundamentais para atividades como as comerciais. Esses contextos podem produzir reflexos nas ações que visam à promoção da preparação de planos e intervenções, para reordenamento de formas e funções em uma busca pelo constante aformoseamento dos espaços que integram o Centro.

Nesse momento, torna-se salutar o debate sobre a caracterização da (in) formalidade. Assim, segundo Santos (1979) na abordagem da organização econômica dos países subdesenvolvidos é possível observar a existência de um circuito superior e um circuito inferior da economia. Nesse debate, o circuito superior seria composto pelas grandes empresas e instituições, englobando como exemplo os bancos, as grandes corporações e o Estado. Por outro lado, o circuito inferior seria formado pela mão de obra da população pobre, caracterizado pelo trabalho intensivo e o pouco capital utilizado. Ainda conforme o autor, apesar das diferenciações verificadas na organização dos referidos circuitos, eles apresentam complementariedades.

A abordagem da definição de formalidade e informalidade, perpassa diferentes perspectivas de análise. Nessa tarefa, Hirata e Machado (2007) discutem uma proposta de categorização das atividades econômicas. Segundo os autores uma das categorias compreenderia os indivíduos associados às grandes e médias empresas, representando, dessa forma, o setor formal. Essa categoria incluiria ainda o trabalhador por conta própria denominado, profissional liberal.

A terceira categoria seria constituída pelas unidades produtivas subordinadas às empresas capitalistas, compostas pelos trabalhadores por conta própria, juntamente com os pequenos empregadores. E, por fim a quarta categoria seria formada por todos os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, constituindo, dessa forma a economia informal.

Dessa forma, verifica-se que o debate da (in) formalidade apresenta diferentes nuances, frequentemente relacionadas aos aspectos que envolvem a legalização e as características dos produtos que são comercializados.

Os apontamentos possibilitam a assimilação de características, adquiridas pelos encaminhamentos que se efetivam na dinâmica de (re)produção das relações socioespaciais da área central. No entanto, as observações na área central demonstram a heterogeneidade de objetivos conforme a atividade desenvolvida, entre elas as comerciais (formal e ambulante) serviços, religiosa. Além de questões relacionadas a modificações na centralidade, mas também a permanência de atividades que embora tenham iniciado a descentralização, ainda mantêm localização na área central, associados às características das formas, processos e agentes nesse recorte.

Percebe-se assim a coexistência de processos na formação das áreas centrais, juntamente com as conjunturas de inter-relações desiguais que são identificáveis, incorporadas aos

conteúdos dos debates. Esses aspectos contribuem para o reconhecimento da relevância de análises que integram a abordagem dos fatos que envolvem a formação, mas também a dinâmica das ações, formas e funções correspondentes aos resultados subsidiados pela dinâmica dos processos. Nesse momento, sobressaem-se as intervenções orientadas pelo plano diretor.

A abordagem das intervenções espaciais subsidiadas pelas orientações do Plano Diretor permite o reconhecimento de manutenções, pois um conjunto de exigências orientadas para esse instrumento ainda não possuem efetivação prática e demandam discussões. Característica que demonstra as dificuldades processadas quando se busca a aproximação de instrumentos, que em outros períodos foram orientados, por exemplo, pela atuação do Estado com predominância do autoritarismo e do conservadorismo.

As observações relativas ao desenvolvimento do Plano Diretor regulamentado pelo Estatuto das Cidades demonstram que são apontados objetivos diversos para a dinâmica das cidades, destacando-se ideais como a integração de conhecimentos e a participação popular, como recursos para a obtenção de êxito com o universo das propostas pensadas. No entanto, quando se considera a própria dinâmica organizacional das relações sociais nas cidades, pode-se inferir que diversas dificuldades na efetivação das proposições que compõem os planos elaborados se sobressaem para a composição dessa realidade.

Apresentando considerações sobre o Plano Diretor, Souza (2006) defende que estes não precisam ser rígidos ou totalmente detalhados pretendendo a construção da cidade ideal. Os planos devem ser reflexos das metas e prioridades, fornecendo instrumentos adequados à realidade de uma cidade, entendida a partir das necessidades reais. Complementando as afirmações, Lacerda et al. (2005) defende que o plano deve possuir interface com os outros instrumentos, orientados para o planejamento no âmbito da administração municipal, ademais as proposições devem ressaltar os limites e possibilidades para intervenções. Nesse âmbito, Souza e Rodrigues (2004) destacam que mesmo estando orientado para a atuação nos espaços das cidades, o Plano Diretor ainda representa um instrumento cuja aplicabilidade é pouco realizada em muitos municípios.

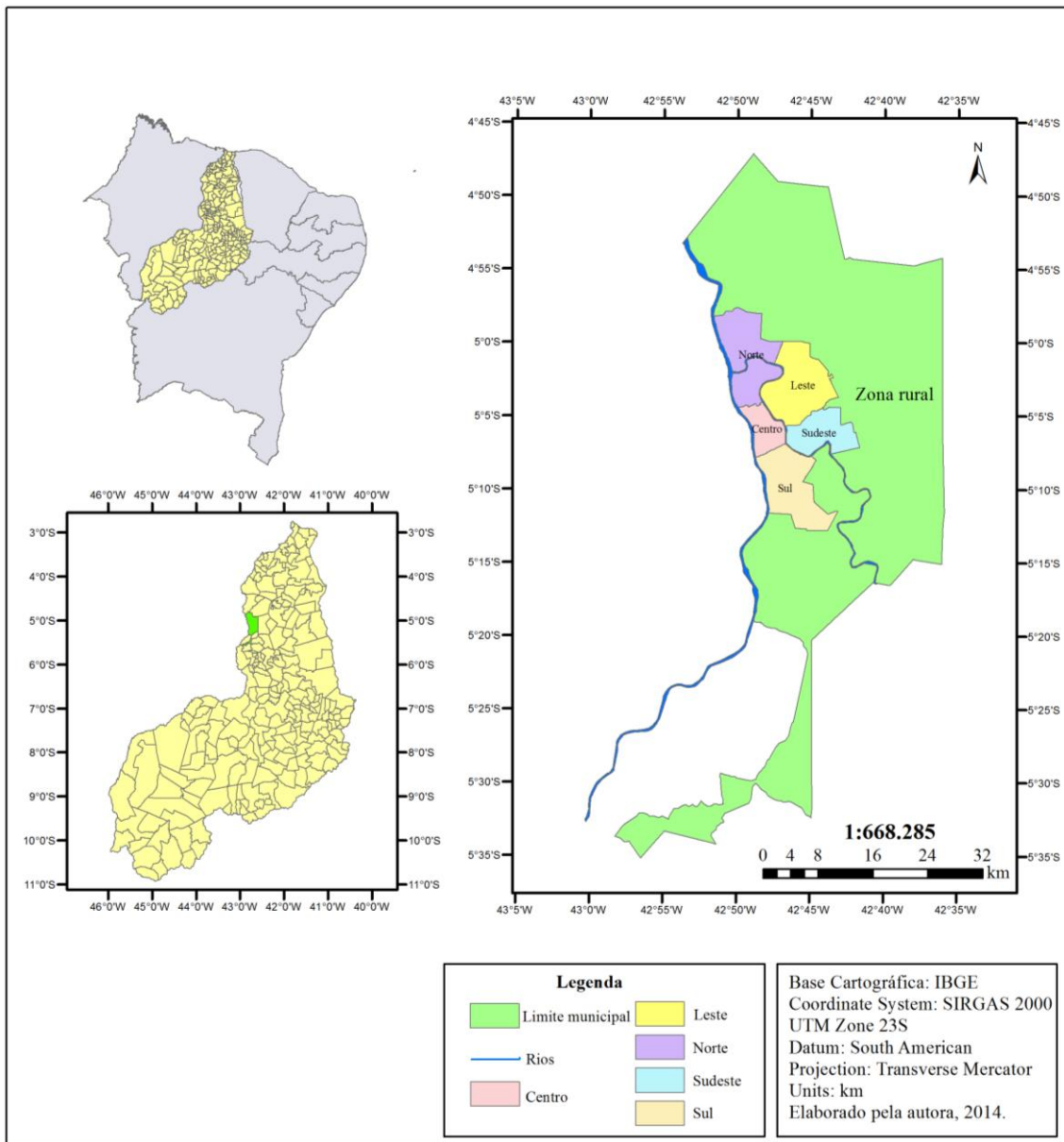
Partindo das colocações, ressalta-se que um número diversificado de atribuições é imposto como integrante de um Plano Diretor, que contém deliberações para a (re)produção espacial. Porém, frequentemente essa dinamicidade pode não ser contemplada efetivamente, diante da complexidade que envolve as relações que estão inseridas no universo da produção dos planos, execução de projetos e gestão das ações.

Ademais, frequentemente, tem-se observado a adoção de planos que não assumem as características demandadas pelos planos diretores, predominando as estratégias que associam as cidades ao funcionamento de empresas. Nesse âmbito, assume relevo as investigações das realidades desenvolvidas em escala local.

ABORDAGENS DO PLANO DIRETOR EM TERESINA E ÁREA CENTRAL: ANÁLISES DAS PROPOSIÇÕES DA AGENDA 2015

O município de Teresina possui uma área de 1.392 km², localizado na microrregião com o mesmo nome, no Centro Norte Piauiense. Com uma população de 814.230 habitantes, predominando famílias com três residentes no domicílio (IBGE, 2010) (Figura 1).

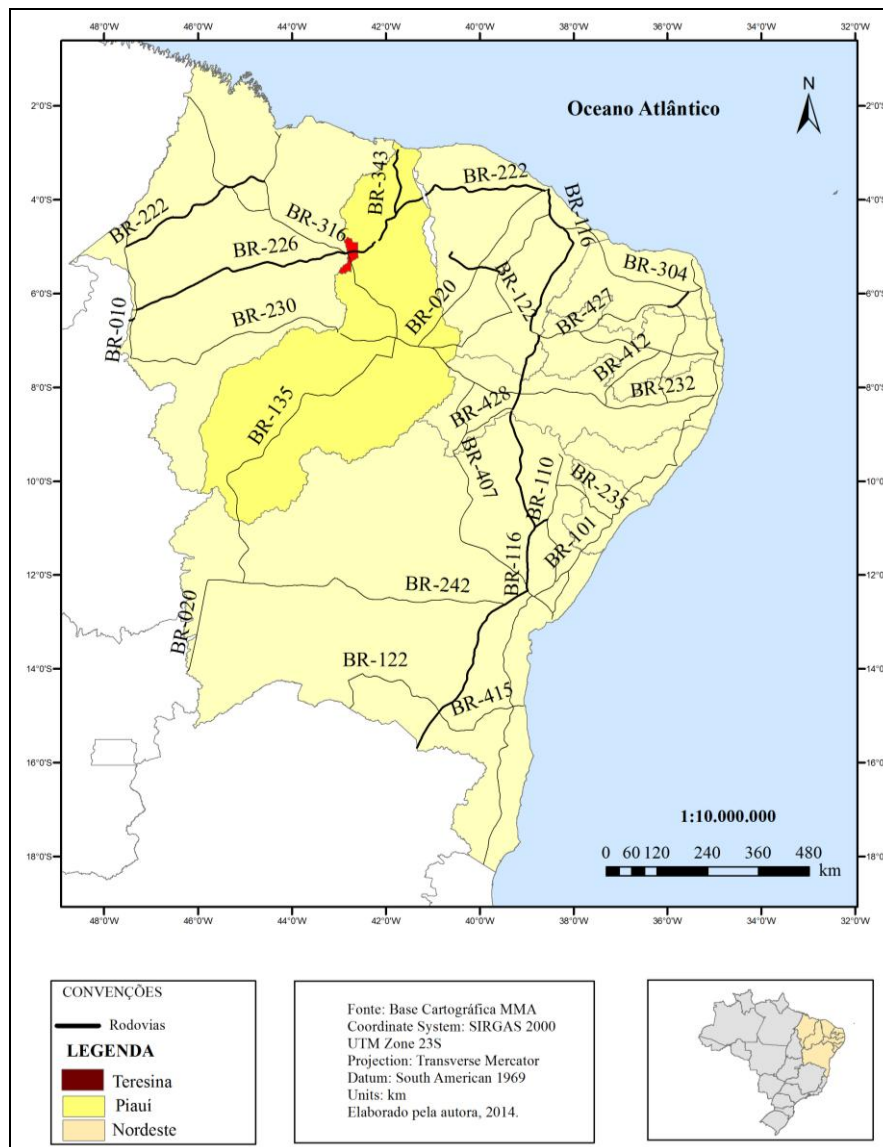
Figura1. Espacialização da localização de Teresina no Piauí, apresentando a delimitação do espaço rural e urbano e a organização em zonas administrativas, delimitadas pela Prefeitura Municipal



Fonte: elaborado pela autora, 2014.

A localização da cidade demonstra que ela exerce posição estratégica relacionada dentre outras, a configuração de entroncamento rodoviário, que auxilia a efetivação de relações regionais e nacionais (Figura 2).

Figura 2. Representação da localização estratégica de Teresina (PI)-rodovias



Fonte: elaborado pela autora, 2014.

Verifica-se, a partir da leitura da figura 2 que a cidade exerce entroncamento das rodovias que ligam os Estados do Nordeste e outras regiões, como a Sudeste e Norte. Conforme Lima (2002) a característica estratégica assumida pela localização, foi acentuada pela implantação do programa nacional de construção de estradas que a partir da década de 1960, que impulsionou o crescimento e prestação dos serviços de educação e saúde e, das demais atividades comerciais.

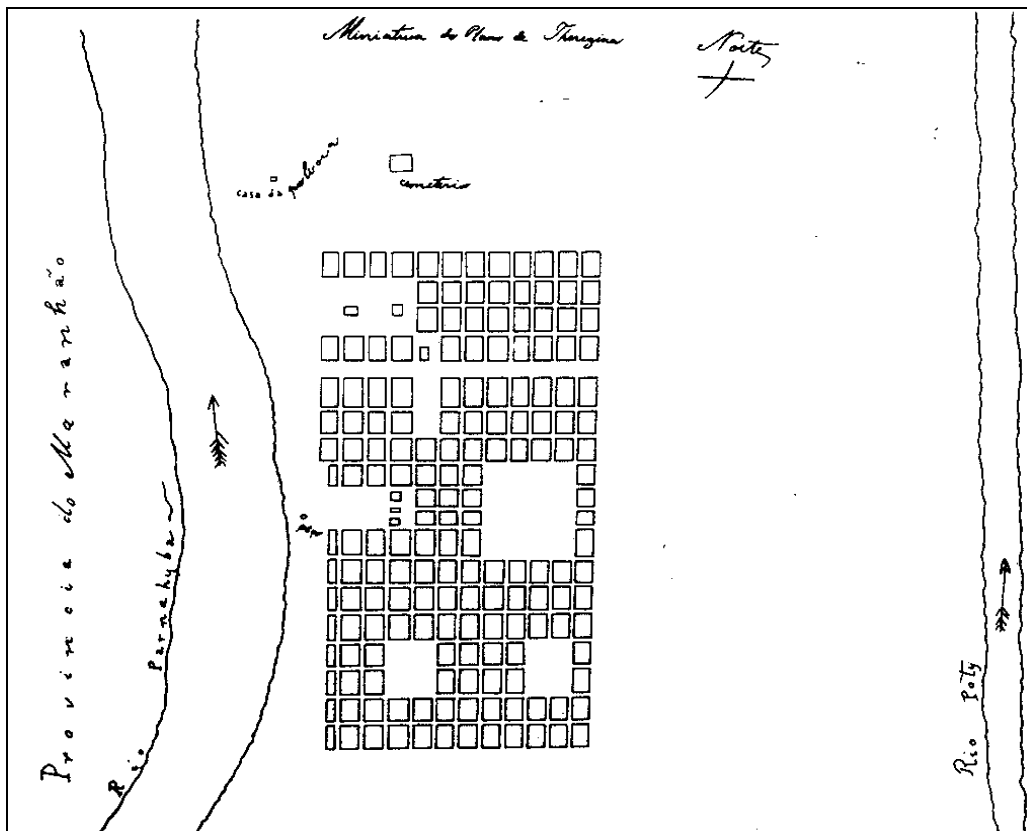
Abrangendo as investigações sobre a dinâmica do urbano em Teresina, destacam-se as inter-relações com a trajetória de implantação e produção espacial. Nesse sentido, ao discorrer sobre os elementos relevantes para a transferência da capital inicialmente sediada em Oeiras (PI) e sua efetivação em 1852, Chaves (1998) enumera um agrupamento de objetivos que comportavam a concorrência com o comércio realizado em Caxias (MA), a possibilidade de

desenvolvimento de uma navegação intensa, favorecida pela proximidade com o município de Parnaíba (PI), ampliando as relações políticas e comerciais.

O processo de transferência da capital marca a coexistência de fatores estratégicos, podendo ser ressaltado o papel da dinâmica comercial, como elemento preponderante para o desenvolvimento estadual e que, por conseguinte atuavam influenciando as ações que fundamentavam o deslocamento e a organização das formas construídas.

Para a composição do projeto da cidade, foi adotada uma planta estruturada em tabuleiro de xadrez. Lima (2002) destaca que o plano possuía 100 quadras para abrigar as atividades fundamentais da cidade, nesse momento compreendidas pelo comércio, serviços e moradia, estando fora desse limite apenas o cemitério, a cadeia e um poço, como pode ser observado na figura 3 que apresenta o recorte do plano de ordenamento espacial elaborado para a cidade.

Figura 3. Representação da planta inicial de Teresina em tabuleiro de xadrez



Fonte: adaptado de Chaves (1998)

Como pode ser observado na figura 3, nesse período as quadras correspondiam a própria cidade, concentrando a totalidade da dinâmica do modo de vida urbano. Logo quando se pensa as correlações sociais, alguns espaços se destacavam. Nessa proposta, Tito Filho (1974) assinala que nesse momento as principais relações eram representadas pelo comércio desenvolvido na Praça Rio Branco, composta durante o dia por um intenso fluxo de pessoas, com perfis diferenciados que frequentavam as casas comerciais, assim como estudantes, senhores que utilizavam a praça para a convivência. Conforme Teresina (2014) apenas em 1914 com a instalação da luz elétrica a referida praça passou a ser utilizada durante a noite para passeios das famílias da cidade.

No entanto, a área central vivenciou modificações nas formas e ritmos das atividades. Nesse percurso, Teresina verificou o abandono das propostas de ordenamento contidas no plano de fundação. Além disso, a observação dos destaques de Tito Filho (1974) assinala a redução de espaços para habitação da área central, cujas características começavam a se tornar inadequadas para uma parcela da sociedade que exprimia seletividade, na escolha dos locais para moradia e que optavam por novos espaços, resultando na produção de novas configurações.

A (re)produção das relações socioespaciais no urbano possibilita o discernimento de ações canalizadas para intervenções, que objetivam a promoção de modificações nas formas e funções, conforme as preposições demandadas pelas metas dos agentes, cujas atividades interferem na dinâmica espacial.

No trabalho com as contradições desencadeadas no documento instituído como plano diretor da cidade (Agenda 2015), ganha ênfase o debate sobre a condução dos processos. Deste modo, ressalta-se que as ações estavam fundamentadas e orientadas pelas exigências de implantação das diretrizes da Agenda 21, adaptada à realidade local. Os encaminhamentos deveriam ser predominantemente participativos e multissetoriais, guiados para a construção de um plano de desenvolvimento sustentável, a partir dos fundamentados nas agendas resultantes das reuniões na Rio 92 e a Agenda Habitat II (TERESINA, 2002).

Os alicerces para fundamentação da necessidade de uma Agenda 21 na cidade de Teresina indicam os desdobramentos das reuniões mundiais e que demandavam a execução de ações locais, integradas ao contexto geral. Além disso, é relevante observar a defesa da participação coletiva no levantamento e execução de propostas, revelando o conhecimento do papel da integração de metas, para as intervenções.

Definido como Plano Diretor, a Agenda 2015, Lei municipal nº 3.558/2006 assume a proposição de desenvolvimento das exigências impostas pela Agenda 21 que representa um planejamento estratégico. A construção da Agenda 2015 para Teresina envolveu a existência de contradições. Assim, Lima (2012) observa que embora o Plano Diretor fosse obrigatório pelas deliberações dos novos princípios constitucionais, Teresina ainda era ordenada pela Legislação de 1988 que não correspondia às reivindicações decorrentes das transformações resultantes da expansão urbana. Somente em agosto de 2001 foi iniciada a convocação da sociedade e se instalou o Congresso da Cidade, para elaboração da Agenda 2015.

Abordando as discussões da Agenda 2015, Campos (2011) destaca o I Congresso da Cidade que foi realizado em 2001 adotando cartas convite, *outdoors*, cartazes, mala direta e notas em jornais, como instrumentos para a convocação da população. O Congresso foi o primeiro Evento ao qual seriam somados dois Seminários Temáticos e o II Congresso das Cidades, para finalizar o processo. As propostas foram financiadas com recursos da Prefeitura municipal e da Caixa Econômica Federal (CEF).

A enumeração das metas observou seis dimensões: ambiental; social; econômica; política; cultural e urbanística. Estas representaram as bases para a escolha dos 17 temas destacados como relevantes para o desenvolvimento da cidade. Essas atividades oportunizaram a preparação de diagnóstico composto pelas características verificadas em Teresina, corroborando com a descrição de cenários que partiram da situação presente, para vislumbrar desdobramentos futuros, no recorte temporal de 13 anos (TERESINA, 2002).

Abordando criticamente a participação popular na Agenda 2015, Lima (2012) afirma que a comunicação das reuniões aconteceu pelas informações na mídia e convites aos setores populares. Fato observável, por exemplo, nas reportagens que abordavam o processo ao afirmarem que o mesmo resultou na entrega da Agenda 21 local, entendido como exitoso e com uma ampla participação representada por um total de 1.000 pessoas.

Para o trabalho com a área central na Agenda 2015, foi realizado diagnóstico identificando os equipamentos urbanos existentes como escolas, praças, parques, estacionamentos, condições das vias urbanas e manutenção de formas construídas em outros momentos, como o mercado público e o museu. Foram observados também os problemas que atuavam dificultando a manutenção, convergindo para a configuração de aspectos considerados como problemáticos,

como usos das vias pelo comércio ambulante e ausência de manutenção de equipamentos públicos como as praças.

Nesse momento, as características instaladas foram entendidas como propiciadoras de uma situação caótica, mediada pela presença de vendedores ambulantes, dos problemas no tráfego e na segurança. Juntamente com exercício de carga e descarga no comércio atacadista, degradação de praças, monumentos e edifícios, poluição sonora e visual, construção de estacionamentos, mediante à demolição de importantes exemplares do patrimônio arquitetônico. Esses contextos foram associados à ausência de Legislação para o Centro e redução de investimentos (TERESINA, 2002).

Partindo dos fatores considerados negativos que se constituíam na área central, pensou-se um “Cenário Desejável” mediado pela execução de revitalização, impulsionada pela associação entre iniciativas público-privadas. Nessa proposta, o setor comercial deveria guardar traços de limpeza, segurança, organização e dinamismo. Além disso, deveriam ser observadas ações para a valorização do patrimônio histórico e as melhorias no tráfego (TERESINA, 2002).

Considerando os cenários existentes e aqueles objetivados para a configuração na área central, um grupo de propostas foi delineado, como subsidiárias da formação dos projetos para intervenção, considerando as necessidades e possibilidades de atuação.

O diagnóstico realizado em torno das necessidades da área central foi integrado pelo levantamento da realidade inicial. Nesse momento são expostas indicações do reconhecimento da importância de projetos direcionados, para proposições da gestão compartilhada entre associações, compatibilizada com a revisão de Legislação, consecução de campanhas, com vistas à construção de conhecimentos sobre o papel da área central, além das articulações interinstitucionais.

Constata-se a busca pelo reordenamento do comércio informal, representado pelos trabalhadores compreendidos na quarta categoria de análise de Hirata e Machado (2007), para o fortalecimento das atividades dos lojistas, modificações nas direções do tráfego de veículos em algumas ruas, para favorecer a fluidez no trânsito. São encontradas também propostas para manutenção das formas que integram o patrimônio histórico-cultural, das praças e do Mercado Central, e intervenções nas margens do rio Parnaíba, mediada pela construção de praças e a remoção dos vendedores informais.

Complementado as observações, a entrevista efetivada com representante da SEMPLAN-Teresina, indicou que as estratégias foram elencadas a partir da construção dos indicadores de demandas, formadas por,

[...]indicadores ambientais; tráfego e mobilidade, indicadores de desenvolvimento econômico e também a questão social. Ambiente natural e construído (como se encontravam os rios, áreas verdes, o tratamento do solo, o patrimônio eclético, clássico e contemporâneo, tinha proteção, tinha sido inventariado? A questão dos edifícios, ruas e calçadas). Tráfego e mobilidade (pedestres, ciclistas, motos, carros, ônibus, caminhões, como estava a relação?) questão social (moradores do bairro, usuários do bairro, comerciantes, ambulantes, prostitutas, drogados, vida noturna); desenvolvimento econômico serviços públicos, cartórios, lojistas, ambulantes -gera economia; polo saúde, comércio atacadista, atores que geravam questões ligadas ao desenvolvimento econômico (TERESINA, 2013).

As assertivas revelam que os processos configurados na área central, geram exigências de aspectos que não se restringiam às questões físico-territoriais, mas também englobavam as características socioespaciais que convergiam para a necessidade de um Plano Diretor que adotasse perspectivas abrangentes, considerado os limites e as possibilidades de ação, como apontado por Larceda et. al. (2005).

Ainda conforme as discussões, foram consideradas as demandas orçamentárias para a efetivação de intervenções e as constantes buscas por financiamento, no âmbito dos quadros

institucionais como destacado por Ultramari e Rezende (2008), assim buscou-se o reconhecimento da existência de parcerias entre a Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) e outras instituições, para a consecução dos projetos. Dessa maneira, constatou-se que foram realizadas negociações com o Governo Federal, Estadual e Instituições Bancárias Internacionais para a obtenção de empréstimos, além de parcerias com os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) e o Ministério do Turismo (MT).

Seguindo as orientações, foram observadas as necessidades existentes na área central que integraram o diagnóstico do grupo de trabalho Revitalização do Centro, como justificativa para os projetos que compuseram o trabalho final do referido grupo. Do exposto, desenvolveu-se a observação das intervenções concretizadas efetivamente, parcialmente e ainda àquelas não concretizadas.

As intervenções denotam os contextos formados por um conjunto de carências e priorizações de objetivos, implicando em reflexos nas intervenções efetivadas, assim, a interpretação demonstra as intervenções realizadas e a ênfase recebida pelas questões relacionadas às atividades comerciais na área central, além da configuração de ações na Praça Rio Branco, representadas pela remoção do comércio informal e o resgate de características que remontam ao período de instalação da praça, como a revitalização do relógio e bancos.

Complementando as ações, verifica-se que elas estavam direcionadas para o conjunto de discussões sobre a área central, desenvolvidas desde 1989, como observado por Melo (2002). Nesse debate, pode-se destacar ações nas ruas Simplício Mendes e Álvaro Mendes caracterizadas inicialmente pelas expressivas quantidades de barracas, para comercialização de produtos e que constituíam o cerne de diversas reivindicações (Figura 4).

Figura 4. Rua Simplício Mendes com a presença do comércio informal



Fonte: arquivo do autor, 2002.

A leitura da figura 4 reafirma as observações das ruas ocupadas pela atividade de vendas dispostas em barracas, que ofertava produtos de gêneros diferenciados, constituindo alvo de reivindicações dos lojistas e de parcela da população, que não concordava com a organização

das atividades desenvolvidas. É possível verificar a dificuldade para visualização das fachadas das lojas, além do acúmulo de lixo e ausência de manutenção da infraestrutura. Discussões que caracterizam os debates de Santos (1979), ao versar sobre o circuito inferior da economia.

A assertiva está fundamentada nas discussões de Dantas (1997), para quem a área central apresenta particularidades fundamentais para o desenvolvimento dessas atividades, como os fluxos contínuos que representam oportunidade de aumento da rentabilidade das vendas. Consoante na ênfase das intervenções nesse recorte pode ser realizada correlação com Souza (2006), ao afirmar que a atuação do Estado deve envolver as perspectivas dos agentes e Carlos (2007) ao reconhecer o papel desse agente na normatização dos diferentes usos verificados no urbano, entre eles o comercial, residencial, serviços.

Ademais, destacam-se as considerações de Dias (2006), ao defender que quando compreendidas as atividades informais, constata-se que elas representam respostas para questões, como a reduzida oferta no mercado de trabalho. Por outro lado, Yazigi (2000), observa que em muitos exemplos o ingresso nesse comércio pode estar associado às dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, mas também à rejeição do relógio de ponto, ligada à existência de liberdade de empreendimento, além de tradição cultural pelo comércio de rua. O autor observa que esse ramo da economia, não supõe necessariamente ganhos menores se considerado o setor formal.

Deste modo, no trabalho com os desdobramentos das intervenções na área central, alguns caminhos foram desenhados. Nesse percurso, durante a formação do projeto para remoção, a Prefeitura municipal iniciou nos anos de 2005 e 2006 o cadastro de todos os vendedores que atuavam nas ruas e seriam transferidos para a edificação, denominada Shopping da Cidade. Além dos problemas relacionados à infraestrutura, a análise dos momentos que compuseram as modificações demonstra que durante a transferência foram realizados protestos contra a consolidação do processo, participando ainda os ambulantes que não ganharam boxes e que estavam impedidos de voltar para as ruas.

A realização das observações, seguindo roteiro possibilitou a identificação de permanências de usos conflitivos na Rua Simplicio Mendes (Figura 5).

Figura 5. Estacionamento, letreiros nas lojas e carga/descarga na Rua Simplicio Mendes



Fonte: arquivo da autora, 2014.

A análise da figura 5 indica a coexistência de usos que apresentam frequência constante nos recortes que sofreram intervenções. Nesse universo, pode ser observada a manutenção de placas expressivas nas fachadas das lojas, contribuindo para a poluição visual. Além disso, pode ser constatado um volume de carga e descarga de produtos para estocagem nas lojas, durante diversificados horários no dia e efetivação de estacionamentos, com diferenciações quanto à permanência.

As observações do processo de elaboração da Agenda 2015 e os resultados das intervenções demonstram a coexistência de demandas orientadas para a manutenção das ações. Soma-se ainda a necessidade de fiscalização orientada para a reorganização de usos, como o fluxo de veículos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinamicidade que caracteriza as relações desenvolvidas no espaço urbano é composta por processos que refletem, dentre outros, a atuação dos diferentes agentes sociais, mediados pela busca da contemplação de objetivos que se originam nos anseios diários.

Nessa trajetória, as discussões sobre o Plano Diretor ganham ênfase, pois as proposições frequentemente não são aplicadas ou ainda em alguns casos, são compostos por objetivos que desconsideram problemas socioespaciais relacionados aos objetivos dos agentes sociais excluídos, por exemplo. Além disso, constata-se a crescente tentativa para produção de uma cidade atrativa cada vez mais competitiva na busca por financiamentos, correspondendo a uma transposição da organização empresarial que desconsidera as particularidades que compõem a dinâmica da (re)produção espacial.

Nesse debate, quando pensados os processos elencados, destaca-se a área central enquanto recorte que guarda uma reunião de elementos imprimindo dinâmicas diversificadas, frequentemente compostas pelos exemplos das atividades desenvolvidas em outros recortes advindo dessas particularidades, justificativas para a contemplação em planos e intervenções urbanas.

As análises em Teresina demonstram que esse recorte está diretamente associado à transferência da capital, quando representou a planta inicial, mas também vivenciou sucessivas modificações configuradas especialmente no processo de expansão urbana, associado ao abandono de funções. O papel da área central nos contextos construídos convergiu para a abordagem do recorte por grupo específico de trabalho da Agenda 2015, aprovada como Plano Diretor da cidade.

Diante das análises das proposições alicerçadas especialmente na busca pela remoção e transferência das atividades de vendas do comércio informal e resgate dos equipamentos urbanos como parques, estacionamentos, fluxos de veículos e transeuntes intervenções no mercado público e outras, verificou-se a efetivação de parcela das proposições iniciais, enquanto algumas não foram contempladas. Dessa forma as ações carecem de uma atuação eficiente para consolidação das metas pensadas no âmbito do plano diretor.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de Mestrado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jun. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 03 nov. 2012.

CAMPOS, L.F.G.M. **Da unha de gato ao florescer do caneleiro – análise do processo de elaboração da Agenda 21 local**: Teresina Agenda 2015 – plano de desenvolvimento sustentável. 2011.76f. Dissertação (Mestrado Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Piauí, Teresina (PI), 2011.

CARLOS, A.F.A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur, 2007.

CHAVES, M. **Obra completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

CORRÊA, R.L. **O Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

_____. **Trajétórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DANTAS, E.W.C. A cidade e o comércio ambulante: o caso de Fortaleza em evidência. **Revista do departamento de Geografia USP**. São Paulo, n. 11, p.177-210, 1997. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/rdg/ojs/index.php/rdg/article/view/185/0>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

_____. O centro de Fortaleza na contemporaneidade. In: DANTAS, E.W.C.; SILVA, J.B.; COSTA, M.C.L. (Org.). **De cidade à metrópole**: (trans) formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p. 187-227.

DIAS, C.C. **Piauí projetos estruturantes**. Teresina: Alínea, 2006.

HIRATA, G.I.; MACHADO, A.F. Conceito de informalidade/formalidade e uma proposta de tipologia. **Mercado de Trabalho-IPEA**. n.34 nov. 2007. Disponível em: <<http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/04Nota2.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico- População**. 2010. Disponível em:< <http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 set. 2012.

LACERDA, N.; MARINHO, G.; BAHIA, C.; QUEIROZ, P.; PECCHIO, R. Planos diretores municipais: aspectos legais e conceituais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 1, 2005. Disponível em:<<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/135>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

LIMA, A.J. Planos diretores e os dilemas da governança urbana no Brasil. **Textos e contextos**. Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 362-375, 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/11837/8643>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

LIMA, I.M.M.F. Teresina: urbanização e meio ambiente. **Scientia et Spes**. Instituto Camilo Filho, Teresina, ano 1, n. 2, p. 181-206, 2002.

MELO, A.A.A. A revitalização do centro de Teresina. **Scientia et Spes**, Instituto Camilo Filho, Teresina, ano 1, n. 2, p. 35-48, 2002.

SANTOS, M. **O espaço dividido**. Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SILVA, J.B. Vivendo a cidade: o caso de Fortaleza. In: VASCONCELOS, J.G.; ADAD, S.J.H.C. (Org.). **Coisas de Cidade**. Fortaleza: Editora UFC, 2005. p. 7-24.

SOUZA, M.L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M.L.; RODRIGUES, G.B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SPÓSITO, M.E.B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P.A.; CORRÊA, R.L.; PITAUDI, S.M. **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-94.

TERESINA. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. **Trajétória histórica de Teresina (PI)**. Disponível em:< <http://semplan.teresina.pi.gov.br/historia-de-teresina/>>. Acesso em: 26 ago. 2014.

- _____. **Entrevista**. Secretaria de Planejamento Urbano, 2013.
- _____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. **Teresina: Agenda 2015 – Plano de Desenvolvimento Sustentável**. Teresina, 2002.
- TITO FILHO, A. **Teresina meu amor**. Teresina: Editora Artenova, 1974.
- TOURINHO, A.O. Centro e centralidade: uma questão recente. In: OLIVEIRA, A.U.; CARLOS, A.F.A. **Geografia das Metrôpoles**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 227-299.
- ULTRAMARI, C.; REZENDE, D.A. Planejamento estratégico e Planos Diretores Municipais: referenciais e bases de aplicação. [Revista de Administração Contemporânea](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552008000300006). Curitiba, v.12, n.3, p. 1-15, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552008000300006> Acesso em: 20 jun. 2013.
- VASCONCELOS, P.A. A utilização dos agentes sociais nos estudos de Geografia Urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L.; SPÓSITO, M.E.B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. Contexto: São Paulo, 2013.
- VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.
- YAZIGI, E. **O mundo das calçadas**. São Paulo: Humanitas e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.